Cinqüenta anos de apoio à pesquisa

Publicado em Ciência Hoje, vol. 29, n. 173, pp. 44-45, 200

Simon Shwartzman

Fundados na mesma época, ainda que com objetivos distintos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) marcam o início dos esforços do governo federal de apoiar e desenvolver a formação de alto nível e a pesquisa científica no Brasil. Hoje, com meio século de existência, esses órgãos são responsáveis pela manutenção de nossos melhores quadros nas universidades e institutos de pesquisa. O desafio para o futuro é impedir que esses resultados fiquem restritos a uma pequena elite. Ao contrário, eles devem ser transformados em benefícios para toda a sociedade.

As primeiras escolas superiores do país são do início do século 19, e as primeiras universidades, da década de 1930. As primeiras instituições científicas foram criadas por D. Pedro II, mas, com poucas exceções (como o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Nacional de Tecnologia), durante a Primeira República todos os institutos de pesquisa do país eram regionais, localizados sobretudo no estado de São Paulo.

A idéia de que o governo central deveria dotar o país de uma universidade já havia sido tentada nos anos 30, com a chamada Reforma Francisco Campos, de 1931, e sobretudo com o projeto de criação da Universidade do Brasil do então ministro da Educação Gustavo Capanema (1900-1985). O que se buscou foi criar um modelo fixo, definido em lei, que dissesse como a Universidade do Brasil deveria ser, e que serviria de molde para todas as demais. Tudo seria regulamentado, do número de serventes ao currículo dos cursos e livros a serem adotados. Não só a forma, mas também os conteúdos seriam assegurados, na seleção rigorosa e ideologicamente controlada dos professores.

Esse projeto centralizador e autoritário encontrou seus limites nas tradições das antigas faculdades de direito, medicina, engenharia e outras que foram incorporadas às novas universidades, e sobretudo nos valores e métodos de trabalho dos cientistas europeus que vieram a constituir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, principal matriz da pesquisa científica e da formação de alto nível do país.

Nos anos 50, o ímpeto centralizador havia se arrefecido, e, em seu lugar, dominavam as esperanças de desenvolvimento e modernização que deveriam ter por base a educação superior e os conhecimentos científicos. A Capes, denominada inicialmente de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, liderada pelo educador Anísio Teixeira (1900-1971) e depois pelo médico Almir de Castro **(1910-1???),** recupera uma vertente das idéias modernizadoras dos anos 30 que havia sido subjugada pelo viés autoritário do Ministério Capanema: a ênfase na competência das pessoas e no fortalecimento das instituições, e não em prédios, legislação, controles e burocracias universitárias. Com o tempo, a antiga 'campanha' se institucionaliza, e a Capes se torna responsável por um sistema de acompanhamento, avaliação e apoio à qualidade da pós-graduação brasileira que até hoje se mantém, sempre reconhecido pela sua seriedade e respeito às comunidades acadêmicas a que serve.

As origens e inspiração originais do CNPq foram muito distintas. Seu grande idealizador foi um militar, o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva (1889-1976), que era também matemático e físico de mérito reconhecido no país. O grande objetivo era trazer para o Brasil os segredos da energia nuclear, que prometiam um futuro de energia ilimitada e barata, e o poder militar indispensável para uma presença significativa no mundo do pós-guerra.

Ao lado do CNPq, que financiaria a pesquisa, foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), entregue à direção do físico César Lattes (1924-), que havia conquistado fama e prestígio por trabalho recente na área de física de partículas; e a Comissão Nacional de Energia Atômica, que coordenaria a política brasileira para o setor.

Esse projeto ambicioso encontraria logo seus limites. O CBPF, apesar de reunir físicos brilhantes, nunca desenvolveu realmente as pesquisas necessárias para um programa de energia nuclear; e o projeto brasileiro de desenvolvimento nuclear autônomo encontrou a resistência dos Estados Unidos, que se opunham à disseminação dessa tecnologia, oferecendo, em troca, ceder usinas nucleares sem repassar a tecnologia, e abrir seu guarda-chuva nuclear para os países alinhados na Guerra Fria.

Fracassado o projeto inicial, o CNPq transformou-se em uma pequena agência de distribuição de fundos para a pesquisa, canalizados sobretudo para a física e a área biomédica. Eram dotações pequenas, individuais, de apoio a projetos avaliados

pelos pares, quase todos conhecidos entre si, que formavam a pequena comunidade científica e tecnológica brasileira daqueles tempos.

O CNPq só sairia desse estado de hibernação no governo [Ernesto] Geisel (1908-1996), quando o sistema de ciência e tecnologia brasileiro foi redesenhado. Seu nome mudou para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mas a antiga sigla foi mantida. Também foi mantida a tradição de revisão por pares na aprovação de projetos, feita a partir de então por um sistema de comitês assessores, que a Capes também passou a adotar.

Em parte, o novo CNPq se confundia com a Capes, apoiando também a pós-graduação e dando bolsas de pós-graduação e pesquisa, inclusive para as ciências sociais, que não tinham lugar no antigo Conselho. Além disso, continuava financiando projetos de pesquisa, e começava a buscar outras formas de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, retomando e ampliando nesse sentido a agenda nacionalista e modernizadora dos tempos de Álvaro Alberto.

Com raros momentos de exceção, a Capes e o CNPq sempre foram liderados por professores e pesquisadores e contaram com a presença constante da comunidade acadêmica em suas decisões. Dessa forma, conseguiram sobreviver à deterioração que afetou grande parte de nossas instituições públicas neste meio século. Eles têm sido responsáveis, cada uma a seu modo, pela competência e pelos recursos humanos que temos hoje em nossas melhores universidades e institutos de pesquisa, o que não é pouco. O desafio que eles têm para o futuro é fazer com que esses resultados não fiquem restritos a uma pequena elite, mas possam se transformar em benefício e patrimônio de toda a sociedade.

Sugestões para leitura

SCHWARTZMAN, S. *Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil.,* Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001 (a ser publicado).

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M.B.; COSTA, V.M.R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, São Paulo, Paz e Terra e editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.